

O CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA: AS CONQUISTAS, A CRISE E O SEU LEGADO!

DALTON MELO MACAMBIRA¹

RESUMO: A Revolução Russa de outubro de 1917 pode ser considerada como o mais marcante acontecimento histórico do século XX. O seu centenário tem ensejado inúmeras publicações e provocado intensos debates nas universidades, nos círculos de esquerda e na sociedade em geral. O objetivo deste ensaio é mostrar a grande influência das ideias socialistas no mundo contemporâneo, os desdobramentos da revolução, suas conquistas, sua crise e o seu legado. O texto aponta que as raízes da crise, desta experiência socialista, devem ser buscadas em todo o processo revolucionário, onde se destacam os equívocos, mas também as vitórias, para explicar o sucesso, o fracasso e a herança dessa rica experiência revolucionária.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo. Socialismo. Revolução.

ABSTRACT: The Russian Revolution of October 1917 can be considered as the most remarkable historical event of the twentieth century. Its centenary has produced countless publications and provoked intense debates in universities, leftist circles and society in general. The aim of this essay is to show the great influence of socialist ideas in the contemporary world, the outcomings of the revolution, its achievements, its crisis and its legacy. The text points out that the roots of the crisis, in this socialist experience, must be searched throughout the revolutionary process, which highlights the misconceptions but also the accomplishments, to explain the success, failure and inheritance of this rich revolutionary experience.

KEYWORDS: Marxism. Socialism. Revolution.

¹ O autor é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí – UFPI e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFPI
E-mail: daltonmacambira@msn.com

Introdução

O processo histórico que levou ao colapso do socialismo no leste europeu provocou a angústia de uns e a euforia de muitos. Os acontecimentos da passagem dos anos de 1980 para 1990 não devem ser abordados sem levar em conta os avanços e retrocessos próprios da história. Mesmo assim alguns mais apressados chegaram a proclamar o “fim da história”, enquanto setores da esquerda perderam suas referências e, no horizonte, a possibilidade da utopia socialista.

A propósito dessa questão, não nos esqueçamos, que o socialismo viveu sua primeira crise após a brutal repressão à Comuna de Paris, em 1891. Naquela época a imprensa burguesa também bradou ao mundo a “vitória” do capitalismo. O movimento operário e sindical, assim como atualmente, também entrou em descenso, proporcionando tempos de relativa “paz”, chamada de “belle époque”, que somente foi quebrada com a eclosão da primeira grande Guerra, em 1914, e pelo advento da Revolução Russa de 1917.

A história nos ensina que a transição do feudalismo para o capitalismo levou mais de 300 anos e que as revoluções burguesas também passaram por processos de conquistas e derrotas que percorreram praticamente todo o século XIX. O modo capitalista de produção e o estado burguês somente triunfaram quando foram consolidadas as condições objetivas para a sua universalização.

Nesse sentido, pretendemos analisar as conquistas e as principais razões que levaram à debacle do socialismo, sem pretender esgotar a questão dado a natureza deste ensaio e a complexidade do tema, e identificar os principais legados da revolução, 100 anos depois. Inicialmente, sugerimos alguns problemas relacionados ao processo de construção do socialismo que podem nos ajudar a compreender as razões que levaram ao fim da União Soviética e a desarticulação de todo o leste europeu.

A primeira parte do trabalho, intitulada A questão agrária, procura explicar que os elementos geradores da crise precisam ser buscados ainda no início do processo revolucionário, quando da reforma agrária promovida pelo Estado socialista. Na segunda parte, tratamos da possibilidade da coexistência entre economia de mercado e planificação nos marcos do socialismo a partir das lições da Nova Política Econômica – NEP, proposta por Lênin, e a sua posterior substituição pela implantação da estatização das forças produtivas, sob a liderança de Stálin. Na sequência procuramos discutir a relação entre

socialismo e democracia, na perspectiva de compreender a importância da construção de uma sociedade socialista e democrática. Pensamos ser indispensável à confrontação com a democracia liberal, a partir de uma abordagem do seu valor universal ou de seu caráter de classe e histórico. Por fim, a guisa de conclusão, apontaremos alguns fatos relevantes concernentes a herança da revolução.

O referencial teórico que nos deu suporte para sustentação dos argumentos apresentados está claramente identificado com o marxismo. Além dos trabalhos clássicos de Marx, Engels e Lênin, destacamos como fundamentais as leituras de Hobsbawm (1992; 1995), Anderson (1987; 1992), Losurdo (2015; 2017), e Fernandes (1991; 2017), entre outros. Também foi importante verificar opiniões em sentido mais crítico e até adverso, como as de Habermas (1992), Blackburn (1992) e Bobbio (1992). Esses autores nos fornecem pistas para a análise e compreensão das vitórias, mas também da derrota da experiência socialista do século XX e apontam aspectos indispensáveis do legado revolucionário.

1. A questão agrária

O colapso do campo socialista teve como capítulo final os movimentos que ocorreram entre 1989-1991. A liquidação desses regimes foi fruto da completa falta de legitimidade dos governos e das políticas econômicas implementadas. No entanto, as origens da crise devem ser procuradas em todo o processo de construção do socialismo.

Uma primeira constatação que pode ser feita diz respeito ao fato de que o esforço de construção do socialismo não foi previsto pela teoria marxista, sobretudo em um país atrasado como a Rússia imperial. Como já foi por demais analisado, ao contrário do que previra Marx, a revolução socialista não ocorreu nos países capitalistas avançados, mas nos mais atrasados, tanto do ponto de vista econômico e social quanto político. Esse fato trouxe problemas totalmente novos para a construção do estado socialista, que Lênin procurou dar respostas, particularmente na fase imperialista do desenvolvimento do capitalismo:

Lênin extraía da sua análise do imperialismo conclusões decisivas para a estratégia do movimento revolucionário mundial. Na sua concepção, este passava a se decompor em duas correntes básicas que se reforçavam mutuamente: a luta do proletariado contra a burguesia nos países capitalistas centrais e os movimentos anti-imperialistas nos países dependentes, coloniais e semicoloniais [...]. O líder bolchevique indicava,

também, que o desenvolvimento desigual das nações nos marcos do imperialismo poderia levar ao surgimento de crises revolucionárias em elos fracos da cadeia imperialista sem que, necessariamente, estes fossem os países onde a produção capitalista estivesse mais concentrada (FERNANDES, 1991, p. 44).

Marx e Lênin foram homens de seus respectivos tempos. O filósofo alemão, embora não tenha vivido a fase imperialista do capitalismo, indicou no primeiro volume do *Capital* que o processo de acumulação comprometeria as bases dos postulados do liberalismo clássico, ou seja, “a livre concorrência”, e sua conseqüente substituição pelo monopólio. Entretanto, não possuía elementos suficientes para compreender que o desenvolvimento das potências capitalistas já não se dava exclusivamente às custas da exploração dos seus próprios trabalhadores. O colonialismo imperialista financiou o seu crescimento e patrocinou, posteriormente, o chamado “estado de bem estar social”. Assim como Marx, Lênin produziu conhecimento preocupado em colocar nas mãos do proletariado um instrumento para a sua libertação.

A tarefa da construção do socialismo em um país de 170 milhões de pessoas e com uma economia bastante atrasada, situado na periferia do capitalismo, se apresenta em um cenário de problemas os mais diversos. O fato de a revolução ter ocorrido em um só país, em função da derrota da vaga revolucionária ocorrida na Alemanha e Hungria, no início dos anos de 1920, trouxe questões complexas adicionais.

Lembremos a quadra histórica em que a revolução ocorreu. A primeira tentativa de derrubar a monarquia foi frustrada em 1905-1906, justamente em um momento em que o império Russo estava fragilizado devido à guerra com o império Japonês. A revolução burguesa de fevereiro de 1917 encontrou a Rússia enfraquecida pelo envolvimento com a guerra de 1914. A fraqueza da burguesia russa e o desastre de ter mantido o país na conflagração mundial precipitou os acontecimentos que conduziram à vitória da revolução socialista de outubro.

Uma palavra de ordem foi fundamental para a vitória dos bolcheviques, liderados por Lênin, “terra, pão e paz: todo poder aos soviets”. Os camponeses queriam a reforma agrária e todos queriam o pão e a paz. Os soldados, os proletários e os camponeses queriam o poder. A retirada da Rússia da guerra foi excessivamente onerosa, mas necessária e fundamental para a vitória da revolução. A reforma agrária democratizou o acesso a terra, trouxe os pequenos e médios camponeses para a revolução e foi extremamente importante para o enfrentamento nos anos seguintes da guerra civil (1918-1921) interna e da ameaça

constante de invasão externa, inclusive por potências que estavam em lados opostos na Primeira Guerra.

Em meio à organização do processo revolucionário na Alemanha, Rosa Luxemburgo (1968, p. 137-140) discute as implicações para o destino da revolução face à política de divisão das terras através da reforma agrária.

A tomada da posse das terras pelos camponeses, segundo a fórmula breve e lapidar de Lênin e de seus amigos: “tomem e dividam a terra” [...] apenas conduziu a passagem súbita e caótica da grande propriedade latifundiária à propriedade camponesa [...]. A reforma agrária de Lênin criou, para o socialismo no campo, uma nova e poderosa categoria de inimigos, cuja resistência será muito mais perigosa e mais obstinada do que o era a dos grandes proprietários latifundiários aristocratas.

A questão da redistribuição da terra, segundo Luxemburgo, faz parte de um “desvio” pequeno-burguês que influirá decisivamente nos destinos da revolução. Em sua opinião, a reforma agrária levaria à formação, como de fato levou, de uma burguesia agrária, desarticulando toda a produção, na medida em que a maior parte da mesma advinha das grandes e médias propriedades, acarretando queda intensa na produtividade agrícola. Vale destacar que o típico camponês russo estava mais associado à servidão do que ao trabalho autônomo e livre, o que agravou seriamente a produção de alimentos.

Talvez o radicalismo exacerbado da militante socialista nos ajude a compreender um pouco acerca das razões da derrota da esquerda na Alemanha. Na realidade, o desafio principal de Lênin, e do partido bolchevique, era consolidar a vitória da revolução em uma conjuntura extremamente adversa. Mas nesse embate, Blackburn (1992, p. 137), um ardoroso crítico de Lênin o defende nessa questão:

Mas no tocante a certas questões cruciais, era Lênin quem estava certo e não Rosa Luxemburgo. Em seu panfleto acerca da Revolução Russa, Rosa Luxemburgo critica Lênin, não só pela política que assegurava aos camponeses o direito de propriedade sobre a terra [...]. A postura leninista quanto a essas questões apresentava implicações antitotalitárias [...].

Mesmo assim, o autor critica o período de Lênin como sendo uma fase autoritária, por razões diferentes de Luxemburgo, que de certa forma previu fortes embates futuros do partido bolchevique com a nova burguesia agrária, Blackburn (1992, p. 138) entende que o totalitarismo surgiu com Stálin:

O sistema totalitário instalou-se entre 1927-31, com a coletivização forçada, culto exaltado do líder, imputação de crime a qualquer oposição, ampla influência da polícia secreta e imposição de um Marxismo-Leninismo monolítico em todas as esferas da vida [...]. A própria coletivização forçada foi uma reação à recusa dos camponeses a entregar sua produção de cereais em quantidade suficiente e a determinado preço, para atender ao consumo urbano [...].

No entanto, o autor comete uma imprecisão conceitual ao se referir aos camponeses como um todo homogêneo, o próprio Lênin (1986, p. 287) procura fazer essa distinção de forma clara: “O proletário deve separar, diferenciar, os camponeses trabalhadores dos camponeses proprietários, o camponês trabalhador do camponês negociante, o camponês laborioso do camponês especulador”. Em relação ao fato do marxismo ter se tornado doutrina oficial do estado soviético e sobre a questão do totalitarismo e da democracia trataremos na terceira parte do texto.

Mesmo assim, a propósito dessa questão e em função da conjuntura extremamente complexa dos primeiros anos da revolução, não custa lembrar uma das principais críticas dos liberais à revolução de outubro: a suposta existência de uma teoria leninista do “partido único”. Essa foi a melhor resposta que encontrei para esta falácia:

28

O sistema de partido único não estava nos planos iniciais dos bolcheviques. Ele se constituiu a partir do processo de radicalização objetiva do processo revolucionário. Logo que Lênin anunciou a tomada do poder, várias correntes abandonaram o 2º Congresso dos Sovietes e se recusaram a reconhecer o novo governo. Entre os que adotaram esta posição estavam os social-revolucionários e os mencheviques. Nesta situação, os bolcheviques foram obrigados a assumir sozinhos, as rédeas do primeiro governo soviético. Ainda em 29 de outubro de 1917 Lênin diria: “não é nossa culpa que os social-revolucionários e os mencheviques partem. Nós lhes propusemos partilhar o poder, mas eles preferem esperar que a luta contra Kerensky termine [...]. Todo mundo sabe que os social-revolucionários e os mencheviques saíram porque estavam em minoria [...], nós desejaríamos um governo soviético de coalizão” [...]. O IV Congresso dos Sovietes, ocorrido em março de 1918, tinha a seguinte composição: 65% bolcheviques e 22% social-revolucionários de esquerda. O restante (14%) era uma mescla de social-revolucionários de direita, mencheviques, anarco-comunistas e independentes [...]. Portanto, até então, a Rússia Soviética era ainda um sistema pluripartidário ainda que restrito ao campo democrático-popular [...]. No mês seguinte, Lênin sofreu um atentado à bala e ficou gravemente ferido [...]. Em setembro de 1919 um grupo explodiu a sede do Partido Bolchevique em Moscou [...]. A partir desses atentados ocorreu um recrudescimento do “terror vermelho” com o aumento de

prisões e execuções. Os social-revolucionários e mencheviques foram colocados na ilegalidade (BUONICORE, 2017, p. 264-265).

Após a superação da dramática situação do pós-guerra, da ameaça de invasão externa e da guerra civil (1918-1921), período chamado por alguns autores de “comunismo de guerra” (1917-1921), depois de longos anos de destruição das forças produtivas, a situação exigia novas medidas. Como dito anteriormente, embora sem contabilizar a conjuntura em que foi imperioso realizar a redistribuição das terras, Rosa Luxemburgo previu a formação de uma poderosa burguesia agrária. De fato, a reforma agrária conduziu a formação desse segmento social, os kulaks. Esse cenário levou a formulação da proposta da Nova Política Econômica – NEP. De acordo com Fernandes (1991, p. 82 e 95), a NEP se constituiu em uma concessão necessária e temporária:

A NEP representaria, pois, uma primeira fase de transição da sociedade soviética para a construção da base econômica do socialismo. Seu objetivo central seria, justamente, o de criar as bases materiais para avançar na socialização global da produção mais adiante [...]. Esta orientação materializou-se no lançamento dos dois primeiros planos quinquenais soviéticos (1928 a 32 e de 1933 a 37), marcados pelo gigantesco esforço de industrialização socialista, pelo movimento da coletivização da agricultura e pela generalização da direção planejada centralizada da economia. Neste esforço, acentuou-se ainda mais a prioridade à indústria pesada.

Percebe-se que o objetivo da NEP (1921-1928), como diria Lênin, foi dar um passo atrás para seguir dois adiante, isto é, embora com o controle do Estado, introduziu-se variados tipos de propriedade, se atraiu empresas e capital estrangeiro, diversificou-se a economia, semelhante ao que alguns autores têm falado da China, atualmente, uma espécie de “socialismo de mercado”, com o objetivo de desenvolver as forças produtivas, promover o capitalismo para poder, posteriormente, implantar o socialismo.

Na opinião de Fernandes (1991), a fase da NEP foi abortada muito prematuramente e o processo de coletivização se deu de forma muito acelerada. De 1929 a 1933, a percentagem de fazendas camponesas coletivizadas passou de 3,9% para 65%. Indaga-se: seria possível tal transformação sem o uso da força? Houve tempo suficiente para que o Estado e o partido dialogassem com setores tão amplos da população?

Aparentemente essa transformação, via coletivização, acelerada da propriedade da terra, entendida como necessidade para a formação das bases necessárias à expansão industrial, caracterizou-se pela substituição do método do convencimento pelo método da

repressão generalizada. Foram atingidos os kulaks (especuladores) e os “camponeses trabalhadores”. Alguns estudiosos estimam em alguns milhões, o número de pessoas diretamente atingidas pela repressão: muitos foram mortos, outros colocados em campos de concentração ou exilados. Trata-se de repressão generalizada a todos aqueles que não concordavam com a política imposta pelo Estado.

Outro dado significativo foi o descompasso que desde então passou a existir entre o ritmo de crescimento da produção industrial e agrícola, provocando o desabastecimento das cidades e da própria indústria, o que levou ao surgimento das famosas “filas socialistas” para aquisição de alimentos, o racionamento, etc, tão exploradas pela mídia burguesa em todo o mundo. Com base nesse desequilíbrio, surgem novas deformações na relação consumo/investimento, com graves reflexos sobre o conjunto da economia e da sociedade soviéticas. O paradigma de desenvolvimento industrial seguido foi o alemão, que privilegiou a indústria de bens de capital em detrimento da indústria de bens de consumo popular.

Evidentemente, não se trata de seguir um modelo e abandonar o outro, mas é necessário fazer a mediação entre as contradições da conjuntura histórica e as necessidades mais urgentes da sociedade, sobretudo dos trabalhadores. Da mesma forma, não consideramos um erro a efetivação da reforma agrária, pois era fundamental democratizar o acesso a terra para obter o apoio do campesinato para a revolução e consolidar a aliança operária e camponesa quanto educar o povo para o processo posterior de socialização dos meios de produção.

No entanto, como o processo de coletivização da terra, a partir dos anos de 1930, se deu de forma brusca e violenta a aliança operária e camponesa foi seriamente afetada, comprometendo, talvez de forma irreversível, o futuro da revolução.

A suspensão abrupta da NEP (1921-1928), isto é, das políticas do chamado capitalismo de Estado ou socialismo de mercado, proposta por Lênin, e a opção pela socialização acelerada dos meios de produção, adotada por Stálin, estão no centro do debate que faremos a seguir.

2. O problema do mercado no socialismo

O grande debate que se trava sobre essa temática é se foi correta a interrupção da NEP tão pouco tempo depois de ser adotada, mesmo na perspectiva de ser uma política

econômica temporária, ou se o grande erro foi a adoção de medidas de socialização dos meios de produção, como se tal medida fosse incompatível com o socialismo.

Nesse segundo aspecto, Blackburn (1992) recorda o esforço de vários economistas e pensadores, marxistas e socialistas, como Bukharin, Trótski, Lange, Dickinson, Neurath, Heimann, Polany, entre outros, para encontrar mecanismo de regulação econômica. O debate também envolveu inimigos mortais do socialismo, como Mises e Hayek, “pai” do neoliberalismo.

Blackburn (1992, p. 110), crítico da suposta ausência de “liberdades” no socialismo, vai mais longe ao afirmar que a adoção da “democracia” pura e simplesmente não seria suficiente para resolver os problemas que o novo regime enfrentava. De acordo com o autor, não bastaria “a simples denúncia da evidente negação da democracia, inclusive a democracia socialista, marca registrada do stalinismo. Se faltasse a esses regimes comunistas apenas a democracia, então bastaria adotá-la para que tudo estivesse resolvido”.

Na verdade, é evidente que o autor, propositadamente, confunde categorias históricas e teóricas ao utilizar a expressão “stalinismo” no mesmo patamar de marxismo ou leninismo. No entanto, revela, por fim, o seu viés liberal, portanto, ideológico, ao criticar o socialismo:

Em seus primeiros trabalhos sobre o assunto, em 1920 e 1922, Mises declarou ser impossível o cálculo econômico em uma economia planificada [...], carente de critérios gerais, seria indispensável à criação de interesses de caráter falsamente natural, baseados, por exemplo, em categorias nacionais ou éticas. E o governo, é claro, só poderia tomar indevidamente a si as funções de consumidores e empresários, se tivesse condições de impor soluções autoritárias (BLACKBURN, 1992, p. 149).

Nessa mesma perspectiva, Habermas (1992, p. 64) pensa que o único socialismo possível é uma variação do capitalismo, ao afirmar que “as sociedades complexas não podem se reproduzir, a menos que preservem intacta a lógica da autor-regulagem de uma economia regida por mercados”. Nesse sentido, de acordo com o autor, uma sociedade não deixará de seguir o caminho inevitável do capitalismo, na medida em que uma “economia regida pelos mercados” significa uma opção baseada na produção de mercadorias, e esta formação econômica e social tem um nome: capitalismo.

O mestre Fernando Novais costumava dizer que um dos erros mais comuns dos cientistas sociais é o anacronismo, isto é, julgar ou interpretar uma determinada sociedade a partir de conceitos e, sobretudo, pré-conceitos de outro momento histórico. Algumas das interpretações, realizadas pelos autores citados anteriormente, olham para as décadas de

1920 e 1930 sem levar em conta a quadra histórica em que aquelas sociedades estavam envolvidas.

Nesse sentido, Hobsbawm (1992, p. 257-258), ao comparar a mais aguda crise do capitalismo (1914-1945), particularmente o seu infarto econômico dos anos de 1930, com a crise que levou à debacle do socialismo (1989-1991), afirmou de forma enfática:

Nada nos é mais óbvio hoje que a ineficiência econômica de uma economia de comando primitivo, sob planejamento central estatal, como a que se proclama o socialismo na União Soviética. Mas há sessenta anos, políticos e intelectuais anticomunistas formavam filas para ir a Moscou descobrir os segredos do planejamento que, aparentemente, tornava os soviéticos imunes ao declínio que devastava seus próprios países.

Na opinião de Fernandes (2017, p. 313), “a opção estratégica pela aceleração do ritmo da industrialização soviética tomada em 1928 – apesar da alta cota de sacrifício que possa ter imposto a população – revelou-se crucial para a derrota da máquina de guerra nazista”. Para o autor, essa decisão foi fundamental não apenas para vencer a guerra como também para “a própria sobrevivência da União Soviética uma década e meia depois. O próprio desfecho da Segunda Guerra redefiniu a inserção global da URSS, conferindo-lhe o papel [...]” de nova superpotência mundial e a criação do campo socialista.

O resultado foi que a produção industrial soviética de 1950 era 4,5 vezes a de 1913 contra 3,5 do Japão; 2,9 dos EUA; 2,4 da Itália; 1,5 da Grã-Bretanha e 1,4 da Alemanha. Isto é, maior que qualquer país capitalista. Se levarmos em conta apenas o período em que a União Soviética não enfrentava a guerra, os dados são ainda mais positivos: de 1929 a 1938 a produção industrial soviética cresceu 117%, enquanto o Japão cresceu 73%; Estados Unidos -22%; a Itália 8%; Grã-Bretanha 15% e Alemanha 30%. No entanto, essa produtividade e seu crescimento não foram mantidos após os anos de 1950. Enquanto a produção industrial da URSS era 10,1 vezes maior em 1987 do que em 1950, a do Japão era 21,1 vezes maior (FERNANDES, 1991, p. 262-263).

Na verdade, a questão da produtividade é fundamental para a compreensão da crise do socialismo e do colapso da hegemonia soviética. Enquanto o desafio para a economia soviética era superar o atraso econômico, a planificação deu certo, entretanto, quando foi necessária a elevação da produtividade do trabalho para além do patamar alcançado, o modelo soviético perdeu dianteira na corrida com as potências capitalistas. Outro fator que deve ser considerado é o da corrida armamentista durante a guerra fria. O alto investimento

na indústria bélica, para concorrer e fazer frente aos EUA, apresentou uma conta muito pesada, sobretudo a partir dos anos de 1970.

Do ponto de vista econômico, portanto, acho que o fator crucial para a Debacle do paradigma soviético de desenvolvimento foi a sua incapacidade de resolver, nos marcos do socialismo, a este dilema da produtividade. Este dilema envolve duas ordens de questões. Uma é a necessidade de encontrar mecanismos econômicos que garanta a rápida incorporação na produção das conquistas mais avançadas da revolução técnico-científica em curso no mundo. Outra é a necessidade de garantir um ritmo de trabalho que conjugue, do lado dos trabalhadores, disciplina elevada com iniciativa criadora (FERNANDES, 1991, p. 265-266).

Segundo Hobsbawm (1992), o principal efeito de 1989 foi que os capitalistas pararam de ter medo, por enquanto, apesar do fracasso neoliberal dos anos de 1980 e 1990. No entanto, ao pensar na experiência socialista, insiste ser necessário encontrar um sistema que combine mercado com interesse social. Nesse sentido, julgamos importante pensar a experiência socialista como processo de transição, ou seja, levar em conta a necessidade da convivência, por um longo período, do mercado com a “competição” socialista e a existência de diferentes tipos de propriedade, ampliando progressivamente os mecanismos de controle social da economia, avançando aos poucos na socialização dos meios de produção.

Nesse sentido, a decisão política de por fim a NEP, no final dos anos de 1920, tem relação direta com a conjuntura da época, em função da ameaça e do avanço do fascismo, por exemplo, que conduziu o mundo a uma nova conflagração mundial, não guardando qualquer relação com a teoria marxista. O próprio Marx, no Manifesto Comunista, não propõe a abolição, mas a superação da propriedade privada e do mercado. Como qualquer processo de transição, o socialismo, necessariamente, foi e deverá ser marcado por características que expressem as forças do passado e aquelas que anunciem os novos ventos do futuro. Por esta razão, nos parece justo resgatar Marx (2011, p. 25-26):

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem,

o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial [...].

Portanto, a interpretação marxista da história em nenhuma hipótese reconhece um fim inexorável para o qual os destinos da humanidade necessariamente se dirigem, mas põe essa direção nas mãos dos homens, que são os únicos que podem decidir, com os meios, objetivos e subjetivos, de que dispõem, se o mundo caminha ou não para um determinado rumo. Nesse aspecto, a conjuntura histórica precisa sempre ser considerada quando pensamos nas escolhas feitas pelas sociedades ao longo do tempo.

3. Socialismo e Democracia

O ponto de partida para essa discussão passa pela indagação do cientista político liberal Norberto Bobbio: existiria uma teoria marxista do Estado? Para o eminente pensador italiano a resposta é não, mas queremos caminhar em outro sentido. De fato Marx não escreveu nenhuma obra em que sistematizou uma possível teoria do Estado. Sabe-se, no entanto, que no seu projeto de trabalho, após concluir o *Capital*, onde procurou engendrar conclusões teóricas no terreno da economia política, ele pretendia avançar suas formulações acerca do Estado, mas não chegou nem a concluir a sua principal obra.

A preocupação com a relação entre o Estado e a sociedade, entretanto, é um dos temas centrais dos primeiros trabalhos de Marx. Em *Crítica à Filosofia do direito de Hegel* e na *Questão Judaica* essa temática está muito presente. Uma das ideias centrais, presentes nessas obras, é que o “liberalismo” só concebe a emancipação humana no plano dos direitos civis, isto é, “todos são iguais perante a lei”, mesmo em uma sociedade desigual. Marx estava preocupado com a igualdade social e não apenas com a igualdade no plano institucional. Mesmo assim, o liberalismo clássico só admitia o voto censitário, pois a conquista do sufrágio universal foi resultado de uma longa e dura luta dos trabalhadores.

Posteriormente, em *Ideologia Alemã* e no próprio *Manifesto Comunista*, Marx discute a questão do Estado a partir da perspectiva de uma sociedade dividida em classes antagônicas. Nesse sentido, o Estado tem a prerrogativa de preservar o direito de propriedade, na perspectiva liberal apresentada por Hobbes, Locke e Rousseau. Portanto, trata-se de uma instituição que conserva a dominação e os interesses dos detentores do direito de propriedade e reproduz a divisão da sociedade em classes. Esta descoberta de

Marx revolucionou a teoria política da época e rompeu com a visão tradicional jusnaturalista, contratualista, que não estabelecia a relação entre o Estado e um determinado interesse de classe.

Algumas passagens do Manifesto Comunista (1848) sintetizam o desenvolvimento da teoria política marxista nas suas reflexões sobre o Estado:

O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa [...]. A primeira fase da revolução operária é o advento da classe operária como classe dominante, o advento da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante [...]. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra [...] (MARX; ENGELS, s. d., p. 23, 37-38).

Esta formulação lança os fundamentos da teoria política marxista, que compreende genericamente o Estado como órgão de dominação de classe. No entanto, Marx ainda não qualifica que tipo de democracia estava associado ao advento do socialismo, via processo revolucionário. Não estava ainda pensado que tipos de instituições estatais o proletariado deveria adotar ao se organizar como classe dominante, após a conquista do poder de Estado.

Estudando o processo revolucionário que varreu a Europa na segunda metade do século XIX, Marx e Engels chegaram à conclusão de que o proletariado, para dar consequência a ideia de revolução, não poderia utilizar a estrutura do Estado burguês, pois as suas instituições estavam viciadas e apenas serviam para atender aos interesses da burguesia. Na análise desse processo, sobretudo na França, Marx produziu duas obras que revelam toda a riqueza e a complexidade das formas de articulação da dominação de classe, como expressão do poder de Estado, numa conjuntura histórica concreta, trata-se de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* e *O 18 Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*.

No entanto, para mostrar que a análise da realidade não pode ser mecânica, o marxismo demonstra que, excepcionalmente na história, existem momentos onde pode ocorrer um equilíbrio no processo de luta de classes que permita uma certa independência do Estado em relação aos diversos segmentos sociais em disputa. Esta tese está expressa de forma mais sistematizada na teoria marxista na obra clássica de Engels (1984, p. 229):

Entretanto, por exceções, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do Estado, como mediador

aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Encontrava-se nesta situação a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; do mesmo modo, o bonapartismo do primeiro império francês, e principalmente o segundo, que jogava os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles. O mais recente caso desse gênero, em que opressores e oprimidos aparecem igualmente ridículos, é o do novo império alemão da nação bismarckiana; aqui, capitalistas e trabalhadores são postos na balança uns contra os outros e são igualmente ludibriados para proveito exclusivo dos degenerados “Junkers” prussianos.

O conceito de “ditadura do proletariado” foi elaborado por Marx com base em sua reflexão sobre essas revoluções que ocorreram na Europa entre 1848-1850, onde tentou caracterizar o futuro Estado socialista pós-revolucionário e suas relações de poder. Mas como pode haver democracia no socialismo com ditadura?

A questão pode ser respondida a partir do conceito marxista de “ditadura do proletariado”. O seu significado não diz respeito à forma que o estado socialista deva assumir. É necessário diferenciar, na teoria política marxista, o conteúdo e a forma do Estado. Como vimos anteriormente, uma inovação introduzida por Marx foi conceber o Estado como uma instituição de dominação de classe. Desse modo, na sua essência, o Estado é uma ditadura. A expressão do exercício do poder de uma classe sobre as demais se revela pelo controle do aparelho estatal.

Nesse sentido, a “ditadura do proletariado” significa, no socialismo, apenas e tão somente, o exercício do poder de Estado (ditadura) da classe operária, juntamente com os demais trabalhadores (proletariado), que corresponde à maioria da sociedade. Da mesma forma, sob o capitalismo, o que existe é a “ditadura da burguesia”, seja em regimes democráticos ou autoritários.

As formas de expressão do poder político de uma determinada classe podem ser as mais variadas. A dominação de classe pode se caracterizar através de diferentes tipos de regimes políticos. Na democracia ateniense, por exemplo, eram excluídos das esferas de decisão os escravos, as mulheres, as crianças, os deficientes físicos, etc e apenas 5% da população, os proprietários de terras e escravos, controlavam o poder.

No Estado burguês ocorre algo semelhante, pois, mesmo havendo as chamadas liberdades democráticas, ao final a tendência é prevalecer os interesses do capital. Para deixar essa constatação bastante clara recorreremos a Losurdo (2015, p. 119), ao tratar do direito de ir e vir, questão sagrada no pensamento liberal:

[...] No fim do século 17, na Inglaterra liberal saída da *Revolução Gloriosa*, propõe-se um subsequente endurecimento de regras: “Qualquer um que falsificar um passaporte (saindo sem permissão) será punido com o corte da orelha na primeira vez, e na segunda deportado para as plantações como um criminoso”, ficando assim reduzido na prática à condição de escravo. Mas há uma solução ainda mais simples, ao menos para aqueles que têm a desdita de serem pilhados pedindo esmolas fora de sua paróquia e perto de um porto de mar: que sejam embarcados à força na marinha de guerra; “se depois vierem a desembarcar em terra sem permissão, ou a se afastar, ou permanecer em terra além do permitido, serão punidos como desertores”, isto é, com a pena de morte. Mas quem é o autor dessas propostas? É John Locke, o pai do liberalismo [...].

Portanto, tomando por base a teoria marxista, não nos parece válido, pelas argumentações acima expostas, conceber a democracia como um “valor universal”. O conceito de democracia foi historicamente construído e sua reprodução assume dimensões essencialmente diferentes, dependendo do contexto histórico de cada sociedade e dos interesses de classe a que o conceito está vinculado. O resgate da construção histórica do significado de democracia nos ajuda a fazer o contraponto com uma concepção que a compreende como um valor que transcende às diferenças de classe e o contexto histórico.

Analisando a experiência da Comuna de Paris, no texto *Guerra Civil na França*, Marx ressalta as medidas de cunho democrático mais profundas, tais como: a substituição da polícia e do exército permanente pelo armamento geral do povo; a drástica redução da burocracia estatal e o repasse de responsabilidades para os coletivos de trabalhadores e moradores; a redução dos salários mais elevados do funcionalismo público ao nível do salário médio dos operários; fim da figura do político profissional; a eliminação da separação entre poder executivo e legislativo; os representantes eleitos poderiam ter seus mandatos cassados pelos próprios eleitores; descentralização da justiça e a eleição dos juízes. O modelo de democracia instituída pela Comuna foi qualitativamente diferente e superior à democracia liberal burguesa.

Discutindo a questão da democracia burguesa e proletária, Lênin (1978) afirmava que a democracia burguesa apresentava um caráter reacionário e retrógrado, se comparado à democracia socialista, na medida em que implicava necessariamente na existência da propriedade privada dos meios de produção e na manutenção dos interesses dos exploradores. O lema da igualdade participativa dos cidadãos na democracia burguesa, segundo o líder bolchevique, mascara a existência da dominação capitalista sobre as classes populares e que a liberdade propagada seria uma farsa porque a mesma serviria fundamentalmente para manter o poder nas mãos dos possuidores do capital.

Nas suas críticas ao processo de construção do socialismo e a própria teoria marxista, Bobbio (1992, p. 18) apresenta a sua visão de democracia como valor universal:

[...] Refiro-me em especial às quatro grandes liberdades do homem moderno: liberdade individual, ou seja, o direito de não ser preso arbitrariamente e de ser julgado segundo regras penais e jurídicas bem definidas; liberdade de reunião, que vimos ser pacificamente tomada, embora contestada, na Praça da Paz Celestial; e por fim a liberdade mais difícil de conquistar: a de associação, que deu origem aos sindicatos livres e aos partidos livres, conseqüentemente à sociedade pluralista sem a qual não há democracia. Como fecho desse processo de cem anos está a liberdade política, ou o direito de todo cidadão a participar das decisões coletivas que lhe dizem respeito [...].

Todavia, como falado anteriormente, esse conjunto de conquistas não é produto da chamada democracia liberal burguesa, mas resultado de um longo processo de lutas do conjunto das sociedades, especialmente dos trabalhadores, iniciadas ainda no século XIX. No entanto, pergunta-se: será possível realizá-las plenamente em uma sociedade de classes de desigualdades tão brutais como é o caso do capitalismo? Ao mesmo tempo, compreende-se que a sociedade socialista não pode desprezar tais avanços da humanidade, deve incorporá-los e aperfeiçoá-los ao lado de outras formas democráticas que venham a surgir na construção da nova sociedade, tais como as identificadas por Marx em sua análise da Comuna de Paris.

Nesse sentido, o estudo do processo de construção do socialismo na Rússia, e posteriormente na União Soviética, nos leva a conclusão de que muitos equívocos foram cometidos e que os erros somente se aprofundaram no período de Stálin. No entanto, as suas raízes remetem a todo o processo revolucionário. A forma como Lênin (1978, p. 159) via o papel dos sindicatos no novo regime, por exemplo, é emblemática:

É extremamente importante, a esse respeito, trabalhar para o desenvolvimento da união dos trabalhadores no plano profissional, união que jamais em nenhum país do mundo, avançou tão rapidamente como sob o poder soviético, mas que deve ser estimulada até a reunião de todos os trabalhadores, sem exceção, em sindicatos de indústria bem organizados, centralizados. Sem nos limitarmos de modo algum à antiga estrutura do movimento sindical, devemos, sistematicamente, verificando cada passo segundo os resultados práticos já adquiridos, de um lado, transformar os sindicatos em organismos de gestão de toda a economia (a aproximação e uma estreita ligação dos sindicatos com o conselho superior da economia nacional, com o comissariado do trabalho, e depois com todos os setores da administração do Estado que devem se

desenvolver e se reforçar); de outro, aumentar o papel dos sindicatos como organismos de educação profissional e socialista de toda massa laboriosa, de maneira que, sob o controle da vanguarda operária, as camadas de operários mais atrasados dividam a experiência adquirida na gestão.

A análise dessa visão de Lênin precisa partir do pressuposto da conjuntura histórica em que o texto foi escrito. O período foi o do “comunismo de guerra” (1918-1921), onde a ameaça de invasão externa, por mais de uma dezena de países capitalistas e imperialistas, e a contrarrevolução interna, guerra civil, deixava o poder soviético em um fogo cruzado que não lhe permitia muitas alternativas no campo da ampliação da democracia.

No entanto, o problema é que essas ideias foram tomadas como verdade absoluta para todo o processo de construção do socialismo. Aliás, o marxismo foi transformado em ideologia oficial do Estado soviético, “congelando” e impedindo o desenvolvimento da teoria. Esse fato revela um comportamento autoritário na forma e antidualético no seu conteúdo.

Nesse aspecto, Gramsci estava correto. O marxista italiano sempre insistiu que a democracia era produto da relação interdependente entre a sociedade civil e a sociedade política, pois sua preocupação em relação ao futuro Estado socialista, ao desenvolver o seu conceito de hegemonia, era que o Estado absorvesse as organizações da sociedade, e o seu desaparecimento conduziria inexoravelmente ao autoritarismo (GRAMSCI, 2000).

Para tanto, consideramos fundamental a interpretação desenvolvida por Buonicore (2017, p. 272) visando identificar uma das raízes principais do problema em relação ao bloqueio da democracia pelo estado socialista:

Na URSS, especialmente no período de Stálin, realizavam-se “repressões políticas que atingiam setores populares”. Violou-se “a legalidade democrática” e isso teria criado um “ambiente de terror que induziu à passividade e ao silêncio ante os erros e defeitos existentes”. O PCUS não compreendeu que Estado e partido devem ser “coisas distintas com funções definidas”. Por isso, ele acabou por “absorver a atividade independente do Estado”, criando “um sistema fechado, ultracentralizado, nas mãos do Partido”. Esta prática levou ao esmagamento “da iniciativa e da criatividade no seio da população”.

Nessa perspectiva, para compreender melhor esses equívocos, bem como acerca do marxismo e sua crise de estagnação teórica, Anderson (1987, p. 122) afirmou que “o materialismo histórico continua a ser o único paradigma intelectual suficientemente capacitado para vincular o horizonte ideal de um socialismo futuro às contradições e

movimentos práticos do presente [...], numa teoria dinâmica determinada de todo o desenvolvimento social”. Portanto, o marxismo é uma teoria viva, voltada para a compreensão e transformação da realidade. Torná-la doutrina oficial a transformou em dogma e impediu o seu desenvolvimento dialético e criativo.

A questão central é que a “ditadura do proletariado” não se constituiu apenas no conteúdo social do Estado socialista, mas também em sua forma. Na verdade, até o partido foi incorporado pelo Estado, não restando uma organização independente que pudesse sugerir eventuais mudanças de rumo. De acordo com Fernandes (1991, p. 269), procurando não dar uma saída pronta e acabada para essa questão afirma:

Embora não tenha a pretensão de indicar a resposta para esta questão, que está no coração da crise atual do pensamento socialista, acredito que a chave para a sua resolução volta, novamente, para a questão da democracia – a necessidade de, preservando as vantagens e conquistas de uma economia fundamentalmente socializada e planejada, criar mecanismos e instituições que garantam o controle e a participação democrática neste planejamento. E, nesta base, gerar um mecanismo que vincule os interesses individual e coletivo na obtenção e realização de uma produtividade econômica mais elevada.

Claramente o autor faz a ponte entre democracia, socialismo e produtividade econômica como uma questão indispensável ao processo de construção do socialismo. Nesse sentido, para citar apenas um exemplo, a ideia de Lênin, sobre o papel das organizações dos trabalhadores no socialismo, onde concebia os sindicatos como meros colaboradores do poder de Estado e não como organismos independentes, defensores de interesses corporativos, mas também dos interesses mais gerais da sociedade, que poderiam ou não ter conflitos com o partido ou com aqueles que estavam à frente do Estado soviético, se constituiu em um grande equívoco.

Considerações finais: o legado da revolução

Para Hobsbawm (1995), a Revolução Francesa está para o século XIX assim como a Revolução Russa está para o século XX.

Poderemos começar destacando as conquistas sociais dos últimos 100 anos, cuja principal expressão foi o advento do Estado de bem-estar social, principalmente no ocidente europeu, mas não somente. O advento do Estado previdenciário, e a adoção de políticas sociais compensatórias, não teria sido possível se o mundo capitalista não estivesse

pressionado pelos enormes avanços nos direitos sociais e trabalhistas obtidos pelo proletariado no mundo socialista. O clima extremamente quente da “guerra fria” e a tentativa de evitar o avanço do socialismo, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial, praticamente obrigou os países capitalistas a assegurarem condições de vida mais digna para os trabalhadores.

Qualquer dúvida quanto acerca dessa questão, basta ver as condições miseráveis em que viviam os trabalhadores na Inglaterra e na França na virada do século XIX para o século XX. Existe farta literatura sobre essa realidade nua e crua. O keynesianismo e sua importante tese do Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social, com o respectivo fracasso do liberalismo econômico frente à crise iniciada em 1929, não teria sido possível sem o aprendizado da experiência socialista.

O mundo também foi influenciado pelas transformações que ocorriam na União Soviética e que gestaram em diversos lugares processos de desenvolvimento nacional a partir de políticas de desconcentração da propriedade privada da terra, elevação da produtividade agrícola e industrial, com redução das desigualdades sociais e regionais. Talvez as experiências mais emblemáticas, nesse sentido, sejam os casos do Japão e da Coreia do Sul.

Todo o processo de descolonização na África e na Ásia e da autodeterminação de seus povos, pós 1945, está diretamente relacionado aos desdobramentos dos acontecimentos de 1917 e a posterior formação do bloco socialista. O mundo foi moldado pelo colonialismo imperialista e inteiramente desmontado, em larga medida, pelo apoio da União Soviética às lutas anticoloniais e de libertação nacional que conformaram um novo sistema internacional.

A mídia ocidental sempre faz uma grande festa para comemorar o fim da Segunda Guerra tomando como marco decisivo o desembarque das tropas anglo-americanas na Normandia. Falácia! Sem a força e a determinação do Exército Vermelho Soviético o nazifascismo não teria sido derrotado. Não foi sem razão que o maior número de mortos, civis e militares, nesse conflito bélico, pertencem a União Soviética.

No campo científico e tecnológico o mundo deve muito à experiência socialista. Apenas para citar alguns poucos exemplos: as primeiras experiências aeroespaciais, inclusive tripuladas, fruto dos investimentos no programa espacial soviético, obrigou os EUA a investir maciçamente nessa área, particularmente após o lançamento do *Sputnik*, o que culminou com a criação da NASA. Provavelmente, sem o avanço científico e tecnológico da URSS os EUA não teriam enviado o homem à Lua no final dos anos de

1960. O desenvolvimento socialista no campo científico, sobretudo no processo da Guerra Fria e da corrida armamentista, também conduziu a quebra do monopólio norte-americano em relação à bomba atômica e a tecnologia nuclear (FERNANDES, 2017).

Outro legado importante da revolução de outubro, muito pouco comentado, foi o enfrentamento e a superação de três grandes discriminações. A primeira delas foi a superação da desigualdade de gênero, pois as mulheres tiveram acesso ao mercado de trabalho e aos mesmos direitos que os homens, na Rússia logo após 1917. A segunda diz respeito a conquista do direito de voto universal, inclusive entre homens e mulheres. A terceira foi a superação da discriminação racial, claramente perceptível na derrota imposta ao nazismo pelo exército vermelho, no caso dos judeus, e nas lutas de libertação nacional, sobretudo na África negra. Esse horizonte civilizatório, que não existia no mundo capitalista, foi sendo conquistado pela luta dos trabalhadores que, influenciados pelos ideais socialistas, obrigaram o estado burguês a adotar determinadas decisões que visavam por um fim à discriminação sexual, do direito de voto e racial (LOSURDO, 2017).

O paradigma soviético deu resultados positivos enquanto o desafio foi superar o atraso, herdado do império russo, mas posteriormente se revelou insustentável, não dando continuidade aos crescentes ganhos de produtividade. A corrida armamentista, fruto da Guerra Fria, sufocou a economia soviética, desviou recursos de setores essenciais da economia, sobretudo nas áreas sociais e na produção de bens de consumo popular, pois optou pela indústria de bens de capital, e levou ao colapso do início dos anos de 1990.

A crise geral do socialismo, após setenta anos da construção de uma experiência absolutamente única, permitiu o surgimento da tese, pouco original, do “fim da história”, produto daquele momento em que se proclamava ao mundo a pretensa vitória da economia de mercado e da burguesia (ANDERSON, 1992).

A resposta àqueles que se iludem pensando ser possível paralisar a história e a luta de classes veio na onda do fracasso neoliberal, quando nos primeiros anos após a “a queda do muro” Hobsbawm (1992) afirmava que poucas profecias teriam vida mais curta que esta do término da história.

O capitalismo vive a mais uma de suas permanentes crises. Embora tenha conseguido sobreviver, buscando novas formas de acumulação e aparentemente superar mais uma crise cíclica, ainda em curso, não foi capaz, como não poderia ser diferente, de apresentar saídas para os problemas fundamentais da humanidade. Em sua fase atual, oligopólica e financeira, mas, sobretudo imperialista, o desenvolvimento das forças produtivas exige cada vez mais das empresas investimentos em tecnologia que garanta o

aumento da produtividade do trabalho e a elevação da “qualidade” dos produtos, bem como o barateamento dos custos de produção.

Essa faceta da nova ordem mundial, produto da revolução técnico-científica impõe um processo de reestruturação produtiva do capital, através da adoção de novas formas de gestão e organização do trabalho, que utiliza cada vez mais tecnologias poupadoras de força de trabalho, produzindo o chamado desemprego estrutural, bem como uma agenda neoliberal para retirar do Estado instrumentos reguladores das relações entre capital e trabalho, visando enfrentar a redução tendencial da taxa média de lucros, conforme previra Marx.

O crescimento do capital financeiro especulativo, combinado com a elevação da produtividade, em função do incremento tecnológico, reduz postos de trabalho e o mercado consumidor, com a extinção de direitos sociais, provoca uma crise global que somente encontra paralelo na grande depressão dos anos de 1930.

Nesse sentido, enquanto existirem essas contradições, produção social e apropriação privada da riqueza, próprias do capitalismo, “um espectro” continuará rondando o mundo. Por esta razão a utopia socialista, renovada, estará sempre à espreita para ressurgir com mais força e vitalidade para o bem da humanidade.

Referências

ANDERSON, P. A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. O fim da história: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

BOBBIO, N. O reverso da utopia. In: BLACKBURN, R. (org.). Depois da Queda. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BLACKBURN, R. O socialismo após o colapso. In: BLACKBURN, R. (org.). Depois da Queda. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BUONICORE, A. C. Os impasses da democracia soviética. In: Bertolino, O; Monteiro, A. (orgs.). 100 anos da revolução russa: legados e lições. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de José Silveira Paz. São Paulo: Global, 1984.

FERNANDES, L. URSS, Ascensão e Queda: a economia política das relações da URSS com o mundo capitalista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

_____. A teia de Tântato: da industrialização acelerada à encruzilhada da inovação no socialismo soviético. In: Bertolino, O; Monteiro, A. (orgs.). 100 anos da revolução russa: legados e lições. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, J. A revolução e a necessidade de revisão da esquerda: o que significa o socialismo hoje? In: BLACKBURN, R. (org.). Depois da Queda. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBBSBAWM, E. Renascendo das cinzas. In: BLACKBURN, R. (org.). Depois da Queda. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). Tradução marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÊNIN, V. I. As tarefas fundamentais da ditadura do proletariado e do partido comunista na Rússia. In: FERNANDES, F. (org.). Lênin. São Paulo: Ática, 1978.

_____. Economía y Política em la época de la ditadura del proletariado. In: Obras Completas, v. 39. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

LOSURDO, D. Marx e o balanço histórico do século XX. Tradução Bernardo Joffly e Maria Lucília Ruy. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2015.

_____. Revolução de Outubro e democracia no mundo. In: Bertolino, O; Monteiro, A. (orgs.). 100 anos da revolução russa: legados e lições. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

LUXEMBURGO, R. A Revolução Russa. In: CASTRO, P. (org.). Socialismo e Liberdade. São Paulo: Fórum Editora, 1968.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: Obras Escolhidas de Marx e Engels, v. 1. São Paulo: Alfa Ômega, s. n.